



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 5/2020

SESSÃO Ordinária

Sessão realizada no dia 21 de dezembro de 2020, no Centro de Artes do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Presidente: Idalino Sabido José (PS), -----

1ª Secretária: Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira (PS) -----

2º Secretário Artur Licínio de Oliveira Martins (PS) -----

Tiago Jorge Guerreiro Santos (PS) -----

Liliana Sofia Fernandes Duarte (PS) -----

Sónia Margarida Silva Santos (PS) -----

Bernardo Ferreira de Brito (PS) -----

Maria Fernanda Oliveira Raposo (PS), substituída pelo Sr. Edgar Almeida -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Sidónio Francisco Rosa Salgado (PS) -----

Rita Sofia Raposo Camacho (PS) -----

Helena Cristina Nobre de Jesus (PS) -----

Paulo Alexandre Ferrarias Correia (PS) -----

Renato José Fernandes Penas (CDU) -----

Carlos Alberto do Carmo Espadinha (CDU) -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Carlos Alberto Guerreiro Murta (Mov. Sim) -----

José da Silva Raposo (Mov. Sim) -----

Rodrigo Marques Costa (Mov. Sim) -----

José Manuel Vilhena Charnequinho (Mov. Sim) -----

Joaquim António Lopes Serrão (PS) -----

Cláudio Filipe dos Santos Coroas Rosa (PS), substituído pela Sra. Andreia Ferreira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Nuno José Gonçalves Mascarenhas -----

Vereador: Fernando Miguel Ramos -----

Vereador: José Manuel Guerreiro Arsénio -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereadora: Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo -----

Vereador: Paulo José da Conceição Beliche -----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines -----

António Francisco Almeida Roberto (CDU) -----

Ausências da Câmara Municipal de Sines:

Vereador: Hélder Alexandre Gil Guerreiro -----

Eram vinte e uma horas e dezasseis minutos quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, deu início à ordem de trabalhos da sessão ordinária de vinte e um de dezembro de dois mil e vinte. -----

A - Período Antes da ordem do dia -----

Neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos deputados se há alguma questão que queiram ver abordada”. Depois dá a palavra aos mesmos. -----

O deputado **Renato Penas** diz que tem duas questões: a primeira questão tem a ver com a pedreira, a cuja apresentação do estudo de impacto ambiental assistiu recentemente e que foi esclarecedora. Sugere à Câmara Municipal que seja criado um gabinete ou um apoio, para os munícipes que têm as casas próximas da pedreira e que estão com receio que algum dos rebentamentos os possa lesar. -----

A segunda questão tem a ver com as obras da Marquês de Pombal e pretende saber se há data prevista para a conclusão das mesmas. -----

A deputada **Paula Pereira** diz que lamenta profundamente as perdas que esta pandemia provocou e continua a provocar, em termos de vidas perdidas e vidas destroçadas. Acrescenta que é obrigação da autarquia estar na linha da frente, no apoio à população e aos mais vulneráveis, e é isso que este executivo tem feito desde a primeira hora, com os benefícios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

proporcionados às famílias, o apoio prestado ao comércio tradicional e aos pequenos comerciantes e o apoio a todas as instituições particulares de solidariedade social. Presta também uma pequena homenagem aos profissionais de saúde, aos bombeiros e aos trabalhadores das IPSS, que em condições extremas e exaustivas têm cumprido a sua missão na linha da frente. Deixa também uma palavra de apreço para os trabalhadores da autarquia, com incidência em toda a comunidade educativa. Manifesta confiança no comportamento e atitude dos portugueses e das portuguesas, no executivo municipal de Sines e no governo de Portugal”.

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“No que refere ao primeiro ponto que o deputado Renato Penas abordou, vai analisar a questão e ver se é possível operacionalizar a proposta que o senhor deputado apresentou, uma vez que poderá fazer sentido. No entanto é de referir que não é à Câmara Municipal que cabe fazer essa avaliação, ou seja, a Administração do Porto de Sines é o dono da obra e responsável pela pedreira. No entanto, a Câmara está disponível para receber esses munícipes e depois transmitir essa informação à Administração do Porto de Sines. Esta situação será relativamente simples de enquadrar e de se executar. -----

Relativamente às obras da Marquês de Pombal, a Câmara aprovou na sua última reunião, por unanimidade, a prorrogação do prazo para conclusão da obra. Neste momento, o prazo é abril de dois mil e vinte e um. Existem um conjunto de justificações, apresentadas pelo empreiteiro, que nos levaram a aceitar esse pedido, estamos a falar de uma prorrogação graciosa, portanto sem qualquer encargo adicional para a Câmara. -----

Relativamente à deputada Paula Pereira, agradeço as palavras no que se refere ao executivo. No entanto, independentemente de tudo aquilo que possamos fazer para minimizar os impactos que esta pandemia tem provocado, não posso deixar de referir que não nos podemos substituir ao governo, que é a entidade que tem capacidade para ajudar as pessoas, as empresas e as instituições. Portanto, vamos fazer aquilo que estiver ao nosso alcance enquanto Câmara Municipal, apesar de estarmos muito limitados em termos de capacidade financeira e em termos de legislação vigente.”. -----

B - Assuntos da ordem do dia -----

Ponto 1: Apreciação e votação da ata da reunião da Assembleia Municipal de Sines



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

realizada em 29-06-2020. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta se algum deputado quer colocar alguma questão sobre a ata. -----

O deputado **Renato Penas** refere que a CDU vai votar favoravelmente a ata. De facto, a ata já teve algumas melhorias, mas futuramente pode ainda ser melhorada a forma como é apresentada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que vão “trabalhar para ir incrementando gradualmente essas melhorias. Penso que já se deu um salto qualitativo nesta ata e vamos trabalhar para que na próxima se melhore ainda mais”.

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a ata à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2: Eleição dos membros da Assembleia Municipal de Sines, que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, CIMAL.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, explica que a razão desta eleição se deve ao facto de, presentemente, já não ser possível proceder à substituição dos deputados da Assembleia Municipal de Sines, que tinham sido eleitos para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral. -----

Para a eleição dos seis mandatos em disputa, sendo quatro efetivos e dois suplentes, foram recebidas três propostas:

- A proposta do Partido Socialista que é designada por Lista A, que tem como efetivos Idalino Sabido José, Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira, Bernardo Ferreira de Brito, Rita Sofia Raposo Camacho e como suplente Tiago Jorge Guerreiro Santos. -----
- A proposta apresentada pelo Movimento Sim, que é designada por Lista B, tem como efetivos, Carlos Alberto Guerreiro Murta, José da Silva Raposo, Rodrigo Marques Costa e José Manuel Vilhena Charnequinho. -----
- A proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU), que é designada por Lista C, tem como efetivos Ana Isa Plácido Correia, António Francisco Almeida Roberto, Carlos Alberto do Carmo Espadinha e Renato José Fernandes Penas. -----

Depois de concluída a votação, verificou-se que a Lista A obteve 13 votos, a Lista B obteve 4 votos e a Lista C obteve 3 votos. Por aplicação do método de Hondt apurou-se que a Lista A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

elegeu o 1º, 2º, 3º e 5º mandatos, que a Lista B elegeu o 4º mandato e a Lista C elegeu o 6º mandato. Assim, os representantes da Assembleia Municipal de Sines que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral e que foram eleitos como efetivos são:

1. Idalino Sabido José
2. Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira
3. Bernardo Ferreira de Brito,
4. Carlos Alberto Guerreiro Murta

Foram eleitos como suplentes:

5. Rita Sofia Raposo Camacho
6. Ana Isa Plácido Correia

Ponto 3: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a contratação de três empréstimos de curto prazo em dois mil e vinte e um. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para complementar a informação acerca do ponto em discussão.-----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que “relativamente ao concurso para contratação de um empréstimo a curto prazo, a proposta vencedora para os três lotes foi do banco Millennium BCP. O lote um, um milhão de euros, lote dois um milhão de euros, lote três quinhentos mil euros, com uma taxa de juro de zero vírgula dois por cento. A proposta foi aprovada na Câmara por unanimidade e é um empréstimo de curto prazo que tem de ser liquidado na totalidade até ao dia trinta e um de dezembro do próprio ano.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados, se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 4: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a fixação da participação variável do IRS para o ano de dois mil e vinte e um. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar uma explicação sobre o ponto em discussão. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que “a Câmara aprovou a proposta que está à votação, relativa à redução da participação variável no IRS para quatro por cento. Esta redução tem em consideração o momento que atravessamos e as dificuldades que as famílias e as pessoas vão atravessar no próximo ano. Esta medida permitirá às famílias pouparem um valor que rondará os cento e trinta mil euros, verba que a Câmara deixará de arrecadar. Esta proposta foi aprovada por maioria, com abstenção do senhor vereador **Hélder Guerreiro**”. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 5: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a fixação da taxa de imposto municipal sobre imóveis, IMI, para prédios urbanos e rústicos, para o ano de 2021. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, afirma que “a proposta é de redução da taxa de IMI para o próximo ano. No ano dois mil e vinte a taxa era de zero vírgula trezentos e cinquenta e cinco, e a nossa proposta, aprovada em reunião de Câmara, é de passar para zero vírgula trinta e quatro. -----

Pretendemos baixar a taxa que associada à redução do IMI familiar, que irá abranger cerca de mil e duzentos agregados familiares aqui no concelho, permitirá uma poupança para as famílias de cerca de quinhentos e sessenta mil euros e para as empresas de cerca de trezentos e vinte mil euros. No total a poupança com a redução desta taxa rondará os novecentos mil euros, verbas que ficarão nas empresas e nas famílias. Esta proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção do senhor vereador **Hélder Guerreiro**”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Deputados, se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a fixação da taxa de derrama para o ano de dois mil e vinte e um. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que “relativamente à derrama, a proposta que apresentamos é idêntica àquela que foi aprovada no ano passado. Propomos a isenção do pagamento de derrama para as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, e a taxa máxima para as restantes empresas. Esta proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Sines”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, de definição da taxa municipal de direitos de passagem, TMDP. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que a “taxa municipal de direitos de passagem é um valor pouco significativo e a proposta é de manter a mesma taxa, zero vírgula vinte e cinco. Esta proposta foi aprovada em reunião de Câmara por unanimidade”. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Ponto 8: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para o fornecimento de eletricidade ao município de Sines, ao abrigo do acordo quadro da CIMAL n° 2 de 2019 – assunção de compromissos orçamentais para exercícios futuros.

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, refere que “este concurso foi lançado no âmbito do acordo quadro da CIMAL e uma vez que falamos na assunção de compromissos para exercícios futuros, 2021, 2022 e 2023, é necessária a aprovação desta Assembleia. Esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara”. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 9: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2021/2025. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, explica que “as grandes opções do plano assentam em cinco eixos principais:

- **Eixo Um:** crescimento económico, emprego, competitividade e internacionalização;
- **Eixo dois:** comunidade, equilíbrio social e intergeracional; -----
- **Eixo três:** reabilitação urbana; -----
- **Eixo quatro:** valorização e preservação dos recursos naturais e do ambiente; -----
- **Eixo cinco:** desenvolvimento de Sines como destino turístico. -----

Relativamente ao eixo um, o orçamento está alicerçado em duas grandes intervenções na ZIL 2. A expansão que permitirá a disponibilização de quarenta novos lotes e que já se iniciou, e a qualificação das ruas 1 e 2. Dois projetos absolutamente essenciais para melhorar a atratividade de empresas para o concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Há também uma perspetiva de continuar o trabalho que tem sido desenvolvido em conjugação com a AICEP Global Parques e também com a administração do porto de Sines, não só de incremento da internacionalização do território, atraindo novos investidores, mas também apostando na diplomacia económica que tem tido alguns resultados positivos. -----

A afirmação de Sines enquanto “Digital Innovation Hub”, um centro digital e de inovação, é uma oportunidade importante para o município e está neste momento a ser concretizada. O cabo submarino da EllaLink é um investimento muito importante para Sines, prevendo-se que o projeto esteja concluído até final do primeiro semestre de 2021. Existe igualmente um programa de incentivos ao comércio tradicional, cujo montante previsto poderá rondar um milhão de euros. -----

No eixo dois, **Comunidade, Equilíbrio Social e Intergeracional**, temos duas intervenções importantes que esperamos estejam concluídas durante o presente ano, a construção do Centro de Dia de Porto Covo e a requalificação da escola número dois, em Sines. Existe também a intenção de voltarmos a ter uma programação para o Centro de Artes de Sines e também mais atividades no pavilhão Multiusos. É nossa expectativa que durante o ano de 2021 possamos voltar a ter alguns eventos importantes, independentemente desses eventos poderem, ou não, vir a ter público. -----

Eixo três, **Reabilitação Urbana**, a conclusão da requalificação da Marquês de Pombal e da Praça da República, -----

Relativamente ao eixo quatro, **Valorização e Preservação dos Recursos Naturais e do Ambiente**, vamos continuar com o reforço do investimento que temos feito a nível da manutenção e limpeza urbana. Esperamos durante o ano lançar o concurso de construção da nova ETAR em Sines. Temos também uma preocupação relativamente ao abastecimento de água, e por isso vamos iniciar a construção de um novo reservatório. Relativamente à requalificação e valorização do Canto Mosqueiro é também uma obra importante, porque irá permitir dinamizar aquela zona da cidade. -----

Relativamente ao eixo cinco, **Desenvolvimento de Sines como Destino Turístico**, como os senhores deputados sabem, neste momento estão em construção três unidades hoteleiras, investimentos privados, uma unidade em Porto Covo e duas em Sines. Esperamos iniciar a empreitada do Observatório do Mar, que já tem visto do Tribunal de Contas, a constituição da reserva arqueológica subaquática, a criação da rota do património e a requalificação do centro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

recreativo sineense. Temos intenção também de realizar as Tasquinhas e um festival náutico que estava previsto para este ano dois mil e vinte, isto se a pandemia o permitir. -----

Relativamente ao orçamento municipal, resumidamente, é um orçamento que apresenta um valor total de cerca de quarenta e seis ponto nove milhões de euros. Em termos de receitas, trinta e dois milhões de euros de receitas correntes, catorze milhões e oitocentos mil euros de receitas de capital. As despesas, vinte e quatro milhões e quinhentos mil euros de despesas correntes e vinte e dois milhões e trezentos mil euros de despesas de capital.

Na repartição da receita: o grande bolo é de facto “outras receitas correntes” com cerca de trinta por cento. No caso da despesa: “aquisição de bens de capital”, cerca de quarenta e quatro por cento, aquisição de bens e serviços correntes, vinte e quatro por cento e as despesas com pessoal, cerca de vinte e dois por cento. -----

Relativamente às receitas previsíveis neste orçamento, com a redução do IRS, a derrama mantendo os valores atuais e a redução do IMI, teremos um total de benefícios fiscais, em 2021 que rondará um milhão de euros”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que esteve “a escutar a apresentação do senhor Presidente, e ficou com a ideia de já ter ouvido isto N vezes. O ano passado, penso que era mais ou menos a mesma coisa relativamente às GOP e ao orçamento. Obras é que a gente vê muito pouco. De qualquer das formas, relativamente a este ponto, o Movimento Sim vai apresentar uma declaração de voto sobre as GOP e o orçamento de 2021-2025”. De seguida procedeu à leitura da seguinte declaração de voto: -----

“Analisada as grandes opções do plano e orçamento 2021-2025, consideramos que estamos perante um orçamento irrealista, com base em pressupostos falsos e que por isso terá uma percentagem de execução muito baixa. No orçamento das receitas correntes, nomeadamente no ponto 8 - Outras receitas correntes, está orçamentado o valor de catorze milhões de euros, que representa cerca de 30% do valor do orçamento global, valor este semelhante ao de 2020, que como todos sabemos não se veio a cumprir, tendo sido realizada uma percentagem insignificante, o mesmo tendo sucedido em anos anteriores. Não entendemos porquê a insistência. Se um orçamento é baseado em pressupostos falsos, baseado em receitas que de acordo com o histórico de anos anteriores não se têm realizado, naturalmente é um mau orçamento. Para além do referido, o orçamento para 2021, em termos de projetos novos, apenas apresenta um novo projeto relativo a um tanque da água, todos os outros vêm de anos anteriores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

Para além disso, não acreditamos que executem as obras que têm iniciadas, por exemplo, a obra da Marquês de Pombal, muito menos as que têm enunciadas, tal como o Mercado, Praça da República, Armazéns da Ribeira, etc. As prioridades do Movimento Sim teriam sido outras, mas teriam sido realizadas. -----

Pelo que afirmamos, os Deputados Municipais do Movimento Sim, votam contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2021 - 2025”. -----

O deputado **Bernardo Brito** afirma que “queria congratular aqui o orçamento da juventude, que até foi apresentado no Conselho Municipal da Juventude e teve um parecer positivo de todos os membros que estavam presentes. Queria destacar dois projetos novos que vão ser feitos, o projeto *From art* e o *Desafia-te*. Já agora, perguntava se estes projetos sofreram alguma alteração até irem ao orçamento. Eu penso que o *Desafia-te* deixa já aqui algum incentivo aos jovens de Sines para começarem a desenvolver algumas ideias. Deixar ainda a nota relativamente a este orçamento da juventude, que aumentou em 92%, algo que é considerativo, tendo em conta que lutamos sempre para que haja mais alguma verba para a juventude, e ainda deixando aqui outra para um ponto no orçamento da educação, a rúbrica da conservação e manutenção das escolas, que também teve aqui um grande aumento e acho que é uma coisa bastante importante, devido aos dias que vivemos hoje e à degradação dos nossos equipamentos”. -----

A deputada **Ana Isa Correia** afirma que “a CDU vai votar contra o orçamento” e passou a ler a declaração de voto da CDU: -----

“Estamos a votar o orçamento do último ano de mandato 2017-2020 apresentado pelo executivo do Partido Socialista. Não se vislumbram neste orçamento grandes novidades para o próximo ano, que melhorem significativamente a vida dos Sineenses. Deparamo-nos com a não conclusão de obras que se encontram por concretizar, destacando-se lamentavelmente a rua Marquês de Pombal, que no estado em que se encontra tem ajudado a contribuir para o encerramento de alguns estabelecimentos comerciais, ou para a redução da sua atividade. Acresce também a ausência de contacto com os comerciantes, no sentido de com eles abordar este assunto, ouvir as suas apreensões e esclarecer. A par desta visível inércia, concorre também a redução de vendas, fruto da pandemia que se vive, colocando os comerciantes numa situação ainda mais difícil por todo o município. Registamos também o facto de a obra do Mercado Municipal não ter sido iniciada, mantendo o espaço com cada vez menos condições para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

comerciantes e aqueles que por aqui passam para fazer as suas compras. Reportando-nos ao espaço público, sublinhamos o descuido do mesmo, sem beneficiações de manutenção ou reparações permanentes de maior ou menor envergadura, que permitam a quem cá vive e por aqui passa melhor segurança e beleza do mesmo. Consideramos que o orçamento também não reflete melhorias significativas no que diz respeito às condições dos trabalhadores do município e que merecem mais e melhor. -----

Em 2021 prevê-se a aplicação do suplemento de insalubridade por força da luta dos trabalhadores, que desde 1998 permanecia sem regulamentação, e que agora se encontra no orçamento de estado. É importante que sejam tomadas as medidas para a sua aplicação imediata. O executivo ausenta-se das lutas pelos problemas que se fazem sentir no concelho, demitindo-se do seu papel em defesa das populações. Sabendo nós que inúmeros postos de trabalho se perderam em 2020, não podemos deixar de referir a ausência dos eleitos a tempo inteiro da Câmara Municipal de Sines, de lutas e manifestações públicas no concelho. Neste final de ano, os números subiram e os problemas dos trabalhadores e das suas famílias vão provocar maiores problemas sociais e económicos. Em termos de pandemia, foi escassa a comunicação permanente com a população. Nestes momentos é importante que essa ligação se acentue, por forma a esclarecer e até contribuir para a informação e serenidade das populações. -----

Em modo de conclusão, ainda que muito pudesse ser referido, Sines precisa mais e melhor para os seus habitantes. Reafirmamos as propostas da CDU para o concelho e a disponibilidade para a sua concretização. Há condições para fazer diferente, colocando sempre as pessoas no centro da atuação municipal. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Começando pelos esclarecimentos ao senhor deputado **Carlos Murta**. Naturalmente que é a opinião do Sr. Deputado. Um orçamento irrealista. Atrevo-me a dizer que nesta intervenção só faltava o senhor deputado Murta dizer que se o Movimento Sim estivesse no poder, esta pandemia nem chegava a Portugal! É quase isso. Portanto, é algo que me surpreende, mas obviamente também já estou habituado. -----

Relativamente às questões das obras, eu não sei se a obra do bairro 1º de Maio é uma pequena obra, ou algo que não mereça da parte do senhor deputado alguma relevância, ou que a obra do bairro Soeiro Pereira Gomes também não seja uma obra relevante, que a própria urbanização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

do plano pormenor Sul Nascente que também não seja relevante, ou o centro de dia de Porto Covo que está a decorrer, ou a escola da Quinta dos Passarinhos, ou a obra da Quinta dos Passarinhos. Relativamente à requalificação do Jardim das Descobertas, é uma obra cujo concurso já foi lançado e que se irá iniciar brevemente. A estrada da Ribeira dos Moinhos também já foi adjudicada. Portanto, são, no meu ponto de vista, intervenções importantes e que melhoram não só a vida das pessoas, como também são fundamentais para atrair mais turismo e mais pessoas ao nosso concelho. -----

Relativamente ao deputado **Bernardo Brito**, há de facto aqui projetos importantes. Os projetos não estão todos em orçamento, ou pelo menos discriminados de uma forma sistemática. O *Desafia-te* é um projeto importante, como muitos outros. Este ano optámos por não discriminar em demasia as rubricas do orçamento, estão mais agregadas, Por exemplo as vias, tais como a estrada do Paiol ou da Cabeça da Cabra, ou mesmo da ilha do Pessegueiro, estão juntas, o que pode dificultar a identificação de algumas das intervenções a realizar. -----

A deputada **Ana Isa** quando se refere ao mercado municipal; a empresa a quem adjudicámos a obra entrou em insolvência, tendo sido o único candidato que se apresentou no concurso público. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que a empresa se mantivesse e fizesse a obra, mas infelizmente não vai ser possível. -----

Quando fala em descuido do espaço público, eu diria que nos últimos seis meses existe uma melhoria significativamente comparativamente com o ano anterior. Temos reforçado bastante as verbas atribuídas para estes serviços e fizemos aquisições de inúmeros equipamentos. Quanto à ausência de lutas, nós para lutarmos por alguma coisa não precisamos de ir para a frente das televisões ou andar nas ruas a fazer barulho. Por vezes, o trabalho que é feito de uma forma mais calma nos gabinetes resulta, e devo dizer que a reunião que se passou aqui com os Secretários de Estado e com os sindicatos relativamente ao assunto da EDP só foi possível porque o Presidente da Câmara de Sines insistiu, porque senão aquela reunião não se realizava.

O deputado **José Raposo** explica que relativamente à posição do Movimento Sim “sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, uma das suas razões sobre o voto, refere-se aqui aos documentos entregues. Por exemplo, vê-se aqui que o único projeto novo em 2021 é o reservatório da água de Monte Chãos. Depois vê-se que as obras, umas em curso outras que ainda nem sequer começaram, são de anos atrasados. Por exemplo a rua Marquês de Pombal é um projeto de dois mil e quinze, a Praia da Costa do Norte está no PPI desde dois mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

dezassete, a construção da ETAR está no PPI em dois mil e dezoito e estamos a gastar quatrocentos mil euros por ano às águas de Santo André com estes tratamentos. O Centro Recreativo Sineense está no PPI desde dois mil e quinze, o Observatório do Mar desde dois mil e dezasseis, o Parque de Merendas desde dois mil e quinze, o Mercado desde dois mil e quinze e há aqui outra obra nova que está projetada, que é a requalificação das estradas da ilha do Pessegueiro, Paiol, Cabeça da Cabra e Barbuda, mas que não têm nenhuma verba orçamentada, portanto, possivelmente não será para construir. No entanto, ao fim de oito anos do exercício do Partido Socialista constatamos tristemente que nada se fez sobre a habitação social, não foi construída uma única casa para este fim”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que está muito desiludido com o serviço de manutenção dos arruamentos, nomeadamente na ZIL, e que na rua principal da ZIL 2 já não se consegue sequer lá passar! Acrescenta que a maior parte das ruas de Sines estão intransitáveis e então com as chuvas que se fizeram sentir ultimamente é difícil encontrar um arruamento que não esteja esburacado. -----

O deputado **Tiago Santos** diz que quer fazer duas intervenções. “Primeiro, considerar aqui que o que alguma oposição aqui quer fazer de continuidade, de parecer mau, demonstra algo totalmente contrário, demonstra que existe uma coerência, um planeamento, uma estratégia que está a ser culminada no último ano do mandato e por isso os parabéns ao executivo, por esse planeamento e por essa estratégia. Esse é o primeiro ponto. O segundo, não consigo perceber a coerência, também aqui neste caso da parte da oposição, quando diz que as prioridades são outras e neste momento refere a ZIL, em que o município tem no orçamento cerca de sete milhões de euros a investir naquela zona, nomeadamente na rua que a oposição acabou de referir, ou seja, se essa não é a sua prioridade, não percebi, mas acabou de a referir agora como prioridade do Movimento”. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Começava então pelo senhor deputado José Raposo. A questão das obras e dos projetos o motivo porque demoram tanto tempo. Eu percebo que por vezes seja confuso como é que uma obra cujo projeto se iniciou há dois ou três anos atrás, só agora esteja a ser concretizada. Recordo que o quadro comunitário 2014-2020 começou, pelo menos aqui no nosso concelho e em grande parte dos concelhos do nosso Alentejo, por volta de 2016 ou 2017, ou seja, só a partir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

daí é que foi possível saber o que era, ou não, financiado, Isso leva-nos a outra questão que eu percebo que possa fazer alguma confusão ao deputado José Raposo. É que nós para termos projeto e para fazermos obras, primeiro temos que ter financiamento e não podemos inventar e devemos potenciar esse investimento quando vem de fundos comunitários, e por isso tivemos que fazer vários projetos e os projetos demoram tempo, demoram meses, alguns até demoram anos, até porque como sabem, a lei foi alterada e os projetos hoje em dia precisam de revisão, ou seja, depois de um projeto demorar seis ou sete meses a fazer, ainda precisa de ser revisto e depois de ser revisto deve ir novamente ao projetista para fazer essas alterações. Depois, temos que lançar um procedimento, um concurso. Se for um concurso público, normalmente dura três ou quatro meses, mas depois tem que ir a visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas pode demorar mais um mês ou dois, e depois do visto do Tribunal de Contas, tem que fazer a consignação e tem que iniciar a obra e passámos dois anos. Eu percebo que isto para alguns dos senhores deputados possa ser confuso, mas para outros não será. É natural que os projetos que o senhor deputado referiu, nomeadamente alguns que têm financiamento comunitário, demorassem tanto tempo, mas ainda existe um pormenor que o senhor deputado se esqueceu, é que existem concursos que ficam desertos e não é só em Sines, é por todo o país. E podem ficar desertos duas ou três vezes, como foi o caso do mercado municipal. Ficou deserto a primeira vez, aumentámos o preço base, ficou deserto a segunda, só à terceira vez é que adjudicámos, e por azar errámos na empresa que escolhemos, também era a única. Portanto, existem situações que são imprevisíveis. -----

Relativamente à habitação social; não foi prioridade, não é do executivo, é deste governo ou dos governos anteriores em financiar habitação, e isso leva-nos a uma questão muito complexa que nós naturalmente vamos ter que avaliar. O atual ministro está mais sensibilizado para essa questão e depois da estratégia local de habitação aprovada, a nossa estratégia está feita, temos condições para encontrar outras soluções, que passarão não apenas pela construção de habitação por parte da autarquia. -----

Relativamente ao deputado **Carlos Murta**, quanto à questão da ZIL 2 e ao arruamento em questão, é verdade, mas como sabe fazer intervenções em altura de chuva é o mesmo que não fazer, por mais tout-venant que se utilize para tapar os buracos. É necessário esperar pelo tempo mais seco para que o trabalho resulte. Essa intervenção está prevista na obra que já foi adjudicada, aguardamos apenas que o Tribunal de Contas dê visto para a obra começar. É uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

obra que vai demorar dois anos e percebo uma obra demorar dois anos, mas devido à sua dimensão, é de facto o tempo adequado. -----

Relativamente às questões do deputado **Tiago Santos**, nada a acrescentar”. -----

O vereador da Câmara Municipal de Sines, **Fernando Ramos**, diz que uma vez que foi aqui abordada a questão da habitação, é de referir que há um programa de subsídio ao arrendamento e que vamos apoiar oito famílias, entre treze candidaturas que nos chegaram. Acreditamos que há mais necessidades, mas que devido a esta época de pandemia, as inscrições não foram assim tantas. Deixava aqui a nota de que esses subsídios que foram aprovados têm um valor entre cem e duzentos e vinte e cinco euros mensais, para cada família, consoante os agregados, a casa onde habita e outros fatores que foram aprovados nesta Assembleia Municipal e que o executivo está a ponderar reabrir as inscrições, durante o ano de 2021. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor do PS e 7 votos contra, sendo 4 do Movimento Sim e 3 da CDU. -----

Ponto 10: Apreciação e votação da alteração simplificada do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines (PUZILS)-----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações relativas a este ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que se trata de uma alteração simplificada, que esta é a versão final que foi aprovado em maio último na Câmara e que existiu um período de discussão pública, que não teve qualquer participação”. -----

A vereadora da Câmara Municipal de Sines, **Filipa Farias**, explica que esta alteração, como o nome diz, é uma alteração simplificada e traduz-se no seguinte: tem a ver com o facto de existir um areeiro na PUZILS que já não tem o seu uso normal e, portanto, a alteração é no sentido de terminar com esse uso, e esse local vai passar a ter um uso de produção de energia elétrica, que é o uso que já tem o local mais próximo daquele, ou seja, vai deixar de ter o uso porque naturalmente ele deixou de existir, já não tem nenhuma capacidade extrativa e a parcela a seguir que tem o uso de produção de energia elétrica, é o uso que vai passar a ter aquela, e neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

sentido, acaba por ser uma operação simplificada, porque é tirar um uso e dar-lhe outro com carácter de continuidade. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados, se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 11: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, para a prestação de apoio a fundo perdido ao comércio tradicional e restauração do concelho de Sines, no âmbito do estímulo à atividade e recuperação económica na sequência da pandemia Covid-19 -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, esclarece que durante este ano o executivo da Câmara tomou várias medidas, algumas delas mais recentemente, que tiveram um impacto financeiro importante, não apenas nas contas do município, como também nas contas das pessoas, dos munícipes e também das empresas. -----

Quisemos ir um pouco mais além e na sequência da aprovação do decreto-lei 99/2020, em que o governo deu abertura para que os municípios possam apoiar diretamente as empresas, no âmbito de medidas extraordinárias de apoio ao Covid. -----

O que fizemos foi pegar nessa possibilidade que existe e criar normas que permitam hoje aos pequenos negócios e às pequenas empresas, candidatarem-se a um apoio do município. Um apoio que não seja demasiado elevado para as contas do município, mas que pode ter um reflexo positivo na vida desses pequenos negócios. Como tal, criámos este programa de apoio a fundo perdido ao comércio tradicional e à restauração no concelho de Sines, no âmbito do estímulo à atividade e recuperação económicas na sequência da pandemia Covid-19. -----

Este programa tem como beneficiários as empresas e empresários em nome individual do setor do comércio, da restauração com sede no concelho de Sines, que tenham um volume de negócios até aos quatrocentos mil euros em 2019. Portanto, a análise que foi feita, terá de ter sempre um valor comparativo que será o ano de 2019. Estão incluídas várias atividades, desde comércio a retalho, restauração e similares, reparação de computadores, bens de uso pessoal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

doméstico. É condição para concorrer a este programa não ter dívidas à segurança social e às finanças e ter atividade à data da apresentação da candidatura. -----

O programa abrange os negócios que tenham quebras superiores a vinte e cinco por cento do volume de negócios, no período de janeiro de 2020 a setembro de 2020, que será comparado com o período homólogo do ano anterior. Depois, os apoios são concedidos por escalões, ou seja, cerca de setecentos e cinquenta euros para um volume de negócios até cinquenta mil euros. Depois cerca de mil e quinhentos euros para um volume de negócios entre cinquenta e cem mil euros. Dois mil euros para o volume de negócios entre cem mil e duzentos e cinquenta mil e um apoio de dois mil e quinhentos euros para um volume de negócios entre duzentos e cinquenta e quatrocentos mil euros. Estas candidaturas serão objeto de uma análise e naturalmente têm que ser aprovadas, depois de um relatório apresentado à Câmara. Têm que cumprir com uma série de formalidades e este foi mais um passo que nós encontramos, mais um meio de ajudar os pequenos negócios e ao comércio tradicional. Este programa tem uma verba estimada a rondar um milhão de euros, valor que consideramos adequado ao orçamento municipal, mas que poderá ser ajustado, por forma a abranger o maior número possível de pequenos comerciantes”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que “é natural que iniciativas deste tipo sejam sempre bem-vindas, embora no meu ponto de vista isto vá ajudar alguma coisa, mas não vai resolver nada. Eram necessárias medidas mais profundas, no sentido de revitalizar a economia. Nós de qualquer das maneiras estamos de acordo com esta proposta. No entanto, consideramos que deveriam beneficiar um pouco mais as pequenas empresas. Por exemplo: relativamente ao anexo um, sugeria-se que a alínea a) do ponto três fosse retirada e se alterasse a alínea b) de forma a abranger as empresas e empresários que em 2019 tivessem apresentado um volume de negócios até aos cem mil euros. Isto na prática seria, no mínimo, atribuir às pequenas empresas um subsídio da ordem dos mil e quinhentos euros. De facto, setecentos e cinquenta euros para uma pequena empresa é irrisório, no meu ponto de vista”. -----

O deputado **Renato Penas** diz que a CDU apoia a iniciativa. No entanto, tem algumas questões, nomeadamente, se a Câmara consegue saber o número de empresas, comércio e restauração, passíveis de serem abrangidas e quando é que está pensada a distribuição. Como o período em análise vai de janeiro a setembro, não está contemplado o período de outubro a dezembro, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

foi uma das alturas onde as empresas do concelho foram mais prejudicadas. Esta questão das datas suscita-nos algumas dúvidas, mas não inviabiliza o nosso apoio. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

“Deputado **Carlos Murta**, a sua proposta é uma opção, mas nós fizemos esta repartição porque consideramos que é mais correta. No entanto, a competência para dar estes apoios não têm que ser das câmaras municipais, tem que ser do governo. Este é apenas um complemento aos apoios que o governo vai dar e os valores que estão em causa nos programas que são conhecidos são substancialmente superiores. Eu entendo essa sugestão, mas naturalmente queremos manter este escalão. -----

Relativamente ao deputado **Renato Penas**, o número de empresas nestas áreas que nós seleccionámos rondará as oitocentas. O porquê de janeiro a setembro. Por uma razão muito simples, porque se estivermos à espera que a contabilidade destas empresas fechem o ano, ou seja, terminem dezembro e só depois a contabilidade nos possa dar os dados, nem em março, se calhar, temos esta informação. Eu percebo a questão colocada pelo deputado **Renato Penas**, mas se fôssemos esperar mais quatro ou cinco meses, se calhar algumas dessas empresas já nem existiam e o apoio não era concedido. Portanto, tem a ver com uma questão de rapidez para podermos ter toda a informação que é solicitada. A razão, basicamente, é essa”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 12: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, relativo à transferência de competências no domínio da cogestão das áreas protegidas, decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, refere que “há um conjunto de decretos-leis que determinam que os municípios aceitem uma série de competências, algumas que entrarão em vigor em 2021 e outras só em 2022. No caso da transferência de competências no domínio da cogestão das áreas protegidas, isto é um processo que se tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

desenvolvido ao longo de vários meses. Na altura, em 17 de setembro de 2019 foi proposto pelo executivo a não assunção desta competência para os anos 2019 e 2020. Face à deliberação da Assembleia Municipal, em 23 de setembro de 2019, essa informação foi comunicada à DGAL. Entretanto, existiu um conjunto de conversações, não só no âmbito da Associação Nacional de Municípios, como também mais tarde com o senhor Ministro, que se comprometeu a disponibilizar uma série de recursos, nomeadamente a contratação de um técnico superior para coadjuvar esta comissão de cogestão em cada uma das áreas protegidas. Reunimos no passado mês de julho com as câmaras municipais da área do parque natural, nomeadamente Odemira, Aljezur e Vila do Bispo, e foi agendada uma reunião com a tutela. Infelizmente não consegui estar, porque foi precisamente no dia em que foi conhecido o surto na Santa Casa, mas depois tive o cuidado de falar com os meus colegas e foram esclarecidas uma série de dúvidas. Na altura, estiveram nessa reunião para além dos presidentes de Câmara, o senhor Secretário de Estado da Descentralização, um conjunto de outras entidades e também o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e das Florestas e do Ordenamento e chegou-se a um entendimento para a assunção deste compromisso, que foi aceite pelos quatro municípios. Portanto, a proposta é essa, aceitação do compromisso da assunção de competências relativas ao modelo de cogestão previstas no decreto-lei n.º116/2019, de 21 de agosto, que foi submetida a esta Assembleia depois de votada em reunião de Câmara". -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, pergunta aos senhores Deputados, se pretendem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor do PS, 3 votos a favor do Movimento Sim e 3 votos contra da CDU. -----

De registar que no momento da votação os membros da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre Ferrarias Correia e José Manuel Charnequinho se encontravam ausentes da sala. ---

Ponto 13: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do município de Sines nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 2.º e do artigo 19.º do regimento da Assembleia Municipal de Sines. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, passa a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, para dar as explicações acerca deste ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, **Nuno Mascarenhas**, diz que “estamos a falar de um período de quinze do nove a oito do doze. Durante este período, a Câmara tomou uma série de iniciativas e decisões importantes. -----

Relativamente à questão do Covid-19, foram aprovadas um conjunto de medidas de apoio às famílias, empresas e instituições. A aquisição e distribuição de máscaras cirúrgicas e álcool gel a todo o comércio local, o reforço da distribuição de máscaras comunitárias à população, a distribuição de dispensadores de gel álcool que foi alargado a todo o comércio tradicional.-----

Relativamente à administração e finanças, no âmbito dos recursos humanos, foram contratados alguns assistentes operacionais, por tempo indeterminado, o que é sempre relevante. -----

No caso das obras municipais, continuam em execução as empreitadas da ZIL 2, do centro de dia de Porto Covo, do loteamento Sul Nascente, da requalificação da Quinta dos Passarinhos, da remodelação e modernização da escola número 2 e da Marquês de Pombal. -----

Estão neste momento em fase de adjudicação, ou já adjudicadas, a requalificação do parque de merendas e dos lavadouros, a repavimentação do caminho municipal 1086 Ribeira dos Moinhos, a reabilitação da travessa da Ti Carlota, uma reabilitação do cemitério que também estava prevista há algum tempo e a execução das instalações provisórias do mercado municipal que irão funcionar no salão do povo. Em termos de projetos, estão em execução vinte projetos, praticamente finalizados. -----

Fundos e financiamentos externos: o encerramento da candidatura WIFI4EU, para disponibilizar internet na zona histórica da cidade. Foi também submetida uma candidatura “Sines Digital - Igualdade na Educação”, no valor de 266.134,61€, que é uma candidatura importante no âmbito do sucesso educativo dos alunos e na qualidade e eficiência do sistema de educação. -----

Relativamente ao resumo financeiro queria deixar registado a redução do endividamento, que passa de 15.161.051€, em novembro de 2019, para 12.773.137€ no final de novembro de 2020, o que é naturalmente importante para preparar o futuro, uma vez que a dívida é muito limitadora daquilo que são as prioridades de um executivo, principalmente num período como este que atravessamos. Queria realçar também a redução do endividamento de curto prazo. O prazo médio de pagamentos tem-se mantido mais ou menos estável, neste momento é setenta e oito dias. Relativamente ao equilíbrio orçamental, nos termos do artigo 7.º da lei 6/2020, a regra do equilíbrio orçamental não se aplica em 2020. Temos uma margem negativa de 3.912.364€, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

teve essencialmente a ver com a receita de capital, ou seja, com o empréstimo que tivemos que contrair para pagar a receita corrente das Águas de Santo André. Relativamente aos fundos disponíveis, estamos bem, portanto nada a registar. Relativamente aos pagamentos em atraso, temos vindo a descer e encontramos uma situação perfeitamente controlada. Portanto, basicamente é este o ponto da situação”. -----

O deputado **Carlos Murta** diz que as receitas correntes brutas, face às despesas correntes, apresentam um saldo negativo de quase três milhões e meio de euros e que pensa que isso deve levantar alguma preocupação. Quanto aos prazos médios de pagamento mantêm-se sensivelmente idênticos aos do ano passado e superiores ao do ano de 2013. -----

Acrescenta que lhe apetece dizer que é um relatório repetitivo, embora de relativamente pouco tempo, e fica com a sensação de que é muita parra e pouca uva, muitos projetos, mas o que se vê é poucas obras concluídas. Penso que se deveria apostar mais na conclusão das obras que estão em execução. Relativamente a este relatório é isto que tenho a dizer”. -----

O deputado **José Raposo** pergunta qual é a ideia do executivo sobre a construção do monumento ao Pescador. Tem-se falado muito, mas não vê nada escrito sobre o assunto. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines **Nuno Mascarenhas**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. -----

Relativamente às questões colocadas pelo deputado **Carlos Murta**, a margem negativa é isso mesmo. Portanto, como eu referi, nós tivemos que contrair um empréstimo para pagar uma dívida antiga às Águas de Santo André e como tal não há milagres, tem que se contrair uma despesa, neste caso pedir um empréstimo, uma receita de capital para pagar despesa corrente. Quanto ao prazo médio de pagamentos, obviamente que vem reduzindo. Se repararmos tem estado estável entre setembro-dezembro de dois mil e treze até agora, com pequenas oscilações. O relatório repetitivo. Sim, um relatório é isto mesmo, isto é um prazo de dois meses e pouco, e estando nós em pandemia é difícil haver muita atividade diferente daquela que fizemos desde março, abril. -----

Relativamente ao deputado **José Raposo**, sobre a questão do monumento ao Pescador. De facto, nós temos intenção de fazer este monumento, espero que venha a acontecer o mais rapidamente possível e já tivemos várias reuniões com o anterior projetista. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, **Idalino Sabido José**, colocou à consideração da Assembleia se as deliberações desta podiam ser aprovadas em minuta, facto

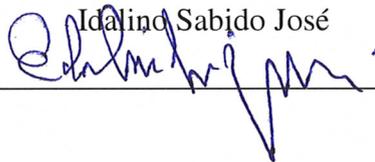


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

que foi votado e aprovado por unanimidade. -----
Procedeu-se então à leitura da ata em minuta, a qual foi votada e aprovada por unanimidade. -
Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a Assembleia Ordinária de 21 de dezembro
de 2020, eram 23 horas e 55 minutos, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 21 de dezembro de 2020

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Idalino Sabido José


1º Secretária

Paula Luísa Macedo da Silva Augusto Pereira


2ª Secretário

Artur Licínio de Oliveira Martins

